



CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Memória, patrimônio e inclusão social: um olhar a partir da teoria ator-rede***Memory, heritage and social integration: a look upon the actor-network theory***Débora Adriano Sampaio¹; José Mauro Matheus Loureiro²; Izabel França de Lima³**RESUMO**

Desenvolve uma revisão de literatura com o objetivo de refletir sobre memória, patrimônio e inclusão social no âmbito da teoria antropológica, Ator-Rede (*Actor Network-Theory*). Aborda conceitos de memória e de patrimônio na perspectiva das ciências humanas e sociais. A partir da conjectura geral sobre memória e patrimônio, considera a abordagem da Teoria Ator-Rede na ampliação a ideia de 'rede', direcionando às relações, fluxos e mediações. Para a Teoria, uma rede não se reduz a um ator singular, mas, é composta de elementos humanos e não humanos conectados, com características heterogêneas. Neste contexto, memória e patrimônio são abordados sob o ponto de vista da inclusão, a partir da compreensão de interação, advinda do interior das relações sociais que considera a multiplicidade e a diversidade de fatores envolvidos como produtoras de sentidos e significados diversos na perspectiva da 'rede'. Portanto, essa reflexão permite ampliar o olhar em torno da ideia de memória, patrimônio e inclusão, desafiando as reflexões atuais existentes a buscar outros sentidos e significados sob a fundamentação dessa Teoria.

Palavras-chave: *Memória; Patrimônio; Inclusão social; Teoria Ator-Rede.*

ABSTRACT

Develops a literature review with the aim of reflecting on memory, heritage and social inclusion within the framework of the anthropological theory, Actor-Network (Actor Network-Theory). It approaches concepts of memory and heritage from the perspective of the human and social sciences. Based on the general conjecture about memory and heritage, he considers the approach of the Actor-Network Theory in broadening the idea of 'network', directing to relations, flows and mediations. For Theory, a network isn't reduced to singular actor, but is composed of connected human and non-human elements with heterogeneous characteristics. In this context, memory and heritage are from the point of view of inclusion, from the understanding of interaction, arising from the interior of social relations that considers the multiplicity and diversity of factors involved as producers of different meanings and meanings in the perspective of 'network'. Therefore, this reflection allows us to broaden our view of the idea of memory, heritage and inclusion, challenging existing reflections to seek other meanings and meanings under the foundation of this Theory.

Keywords: *Memory; Heritage; Social integration; Actor- Network Theory*

¹ UFCA – Universidade Federal do Cariri, Juazeiro do Norte/CE – Brasil.

² UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ – Brasil.

³ UFPB – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB – Brasil.

1. INTRODUÇÃO

Os esforços relacionados à inclusão social desenvolvem-se junto aos diferentes sujeitos, segmentos sociais e cenários socioculturais compostos por heterogêneas relações, fluxos e mediações. Para a consecução de seus objetivos é essencial o acionamento de aparatos multidisciplinares que permitam potencializar seus esforços. Nessa perspectiva, as dinâmicas oferecidas pela inter-relação memória social/patrimônio cultural/informação apresentam-se como instrumentos importantes na ampliação e renovação das teorias e pragmáticas inclusivistas.

O conceito de memória, “cujo significado preciso é inversamente proporcional a sua utilização retórica” (GILLIS, 1996, p. 3), possui extensos e diversificados sentidos no âmbito da filosofia e das ciências humanas, constituindo-se em “uma das preocupações culturais e políticas centrais das sociedades ocidentais” (HUYSSSEN, 2000, p. 9). As análises relacionadas aos quadros do patrimônio cultural, identidades e tradições são permeadas, na maior parte das vezes, por distintas abordagens sobre memória coletiva ou social.

A construção e disseminação da memória nos diferentes contextos socioculturais são permeadas por valores e ideologias que atendem aos interesses dos grupos de coletivos humanos que integram. A hegemonia dos mecanismos de controle e sistematização dos opostos, recordar/esquecer, é alvo de conflitos sócio-políticos que buscam ordenar os sentidos do passado. Por outro lado, a heterogeneidade e a dinâmica, inerente ao panorama mnemônico, são homogeneizados e tornados inertes a partir de inúmeras operações destinadas à consolidação de um *corpus* de tradição que legitime elementos como a “ideia de nação”, identidade, dentre outros.

A expressão patrimônio cultural é marcada por diferentes significados e sentidos desenvolvidos em distintos contextos sócio-históricos. Inicialmente, caracterizado pela preservação do monumento e, portanto, da materialidade, o patrimônio cultural, progressivamente, incorporou objetos imateriais, fruto das experiências vividas nos quadros dos diversos grupos sociais. Desse modo, é possível percebê-lo na atualidade “[...] como dinâmicas da experiência coletiva, sobre a qual cada grupo social manifesta o que deseja como perene e eterno” (KERSTEN, 2000, p. 15).

As transformações mencionadas originam-se, sobretudo, a partir de interesses vinculados ao Estado-Nação e, mais recentemente, às demandas comunitárias, étnicas, dentre outras. No universo do patrimônio cultural, encontra-se em jogo as questões referentes à “identidade cultural¹”, à memória social e ao estabelecimento de quadros de pertencimento e/ou exclusão a um dado coletivo humano. As influências políticas, econômicas e institucionais que incidiram diretamente no processo de patrimonialização privilegiaram, durante grande parte da formação republicana brasileira, os bens pertencentes aos grupos hegemônicos de poder. As manifestações culturais relacionadas aos segmentos sociais periféricos², somente muito recentemente, passaram a receber atenção por parte dos órgãos estatais.

Ressalte-se, contudo, que

[...] a valorização das expressões patrimoniais dos setores subalternos, muitas vezes, ainda não encontra nas instâncias institucionais instrumentos de registro pertinentes, ferramentas que possibilitem identificar e circunscrever adequadamente as dimensões significativas que dêem conta dos fenômenos que devem ser objeto de preservação; ao mesmo tempo, as ações dos organismos do Estado com frequência carecem de continuidade [...] (ROTMAM; CASTELLS; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2007, p. 60).

O patrimônio cultural e suas dimensões constituintes, ao ativarem questões relacionadas ao pertencimento, ao direito e à cidadania evidenciam sua expressiva relevância no desenvolvimento dos cenários inclusivistas. As reflexões e o desenvolvimento de políticas referentes aos quadros patrimoniais devem considerar a diferença e a dessemelhança presente em todos os seus aspectos. Desse modo, são imprescindíveis abordagens que permitam descrever e analisar as contradições, diferenças e dispersões inerentes ao mundo social. Essa discussão é abordada em uma perspectiva “construtivista radical” – em oposição a um “construtivismo social” de inspiração durkheimiana – inspirada nos desenvolvimentos recentes da chamada “Teoria Ator-Rede”. A noção de “rede”, enquanto união de elementos heterogêneos conectados - sejam eles humanos ou não-humanos, ou seja, atores e “actantes” – proposta pela “Teoria Ator-Rede” (ANT), permite ativar questões singulares capazes de gerar novas conexões e dimensões para os desafios trazidos pela inter-relação memória social/patrimônio cultural/inclusão social.

2. A TEORIA ATOR-REDE: REFLETINDO MEMÓRIA E PATRIMÔNIO

As origens da Teoria Ator-Rede (ANT)³ encontram-se nos trabalhos desenvolvidos no âmbito da Sociologia da Ciência e da Tecnologia, na década de 1980, por John Law, Michel Callon e Bruno Latour. Essa teoria propõe compreender as relações sociais constituídas por humanos e não-humanos (MEYER; MATTEDI, 2006). Sujeitos e objetos exercem influências significativas uns sobre os outros, na forma de agir e, assim, humanos e não humanos sofrem alterações no tempo e espaço, perpetuando, desta forma, a troca de influências. O foco das construções e relações sociais centradas somente no elemento “humano” ou “social” é fruto das demais materialidades que constituem a “realidade”. Desse modo, trazendo uma perspectiva distinta das demais abordagens consolidadas nas ciências sociais, enfatiza a essencialidade dos elementos não-humanos para a descrição do mundo social. As observações oriundas dessa perspectiva permitem-nos compreender, por quais meios, um sistema difuso e complexo, constituído de humanos e não-humanos, se torna uma rede (BLOOMFIELD; VURDUBAKIS, 1999).

A noção de heterogeneidade, um dos conceitos fundamentais da ANT, expressa “uma forma de sugerir que a sociedade, as organizações, os agentes e as máquinas são todos efeitos gerados em redes, não somente de humanos, mas também, de não-humanos” (LAW, 1992). Essas entidades adquirem atributos como consequência dos relacionamentos com outras entidades (LAW, 1994). A rede formada a partir desses relacionamentos permite remover qualquer centro (detentor de verdades das coisas), isentando de privilégios quaisquer de seus componentes, havendo, assim, incontáveis mediadores (ARAÚJO; CARDOSO, 2007). Atores e actantes tornam-se simultaneamente elementos da rede e a própria rede, não podendo ser assimilados separadamente, ou seja, os atributos essenciais aos seres humanos (pensar, sentir, agir, dentre outros) são desenvolvidos em redes constituídas de materiais heterogêneos para além do corpo físico (LAW, 1992). Os componentes diferenciados são provocados em múltiplas interações e não na ordem das coisas.

A ANT, dessa maneira, constitui-se sincronização de alianças e fluxos que não podem ser considerados isoladamente e nas quais elementos humanos e não-humanos estabelecem dependências entre si, passíveis de transformar, reconfigurar e resignificar o espaço e a “realidade” que os rodeiam. O enfoque recai na criação e manutenção de redes co-extensivas de humanos e não humanos que, no caso das ciências sociais, são identificados como seres racionais, irracionais, objetos animados e inanimados. O englobamento dessas dissimilaridades conduz ao princípio da

simetria generalizada entre componentes que se influenciam mutuamente e possuem como resultado uma ontologia de muitas entradas e conexões estabelecidas em uma disparidade de relações complexas. Sua importância reside, portanto, em sua utilização como base para os estudos nas áreas das ciências sociais, quanto em estudos epistemológicos (LATOUR, 1996).

A abordagem da ANT descreve as relações materiais e imateriais que produzem e remodelam todos os tipos de elementos intervenientes, incluindo objetos, assuntos, seres humanos, máquinas, animais, "natureza", ideias, organizações, desigualdades, escalas e arranjos geográficos (LAW, 2007). Intenta, dessa forma, descrever múltiplas "realidades" do social a partir de uma descentração metodológica sensível ao complexo e evasivo. Essas "realidades" possuem processos de ordenação delineados por implicações relacionais produzidas por redes dinâmicas (LAW, 1994, p. 51). As reflexões acerca de tais processos de ordenação foram ampliadas a partir da noção de "translação" a qual expressa "o trabalho pelo qual os atores modificam, deslocam e transladam seus variados e contraditórios interesses" (LATOUR, 1999, p. 311).

A ANT ampliou os estudos acerca dos processos de ordenação partindo da noção de "translação" a qual compreende o "[...] trabalho pelo qual os atores modificam, deslocam e transladam seus variados e contraditórios interesses", tentando torná-los comuns (LATOUR, 1999, p. 311). Tal noção representa um dos principais mecanismos epistemológicos para análise da instituição e do relacionamento de atores e actantes nas redes (CALLON, 1986; LATOUR, 1996; LAW, 1999).

Uma das principais críticas dirigidas à ANT diz respeito à sua suposta indiferença à dimensão política (CASTREE, 2002) advinda, sobretudo, da ênfase atribuída à forma como as multiplicidades constituem as redes e não a natureza delas (AMSTERDAMSKA, 1990). Esta característica emergiria, também, na desconsideração quanto à distribuição de oportunidades no contexto da sociedade (REED, 1997) e ao ignorar a heterogeneidade, como uma característica que tende a ser diferente entre aqueles que são e os que não são privilegiados (STAR, 1991).

Frente às críticas relacionadas à ausência de posicionamento político, Law (1991) afirma que a admissão de um relativismo epistemológico não significa, necessariamente, partilhar um relativismo político. No seu entender, a política refere-se à distribuição hierárquica, ou seja, às maneiras como o ordenamento promove especificamente, inclusões e exclusões que são realizadas de maneira heterogênea.

As proporções, as questões, as durações, os atores e actantes não são comparáveis e, entretanto, estão todos envolvidos na mesma história, nas questões que constituem o passado, no presente e no futuro. Nós mesmos somos híbridos, instalados precariamente no interior das instituições e do social; optamos por descrever e reconstruir constantemente as tramas onde quer que estas nos levem. Nosso "meio de transporte" é a noção de tradução ou de rede. Mais flexível que a noção de sistema, mais histórica que a de estrutura, mais empírica que a de complexidade. "A rede é o 'fio de Ariadne'⁴ destas histórias confusas" (LATOUR, 2009, p. 9). Entretanto, estas reflexões não dizem respeito à natureza ou ao conhecimento, às coisas-em-si, mas antes, a seu envolvimento com nossos coletivos e com os sujeitos. Não estamos falando do pensamento instrumental, mas sim, da própria matéria que constituem as sociedades. Quanto mais nos proibimos de pensar os híbridos, mais seu cruzamento se torna possível.

Em relação aos atores e actantes, Latour (2009, p. 20), esclarece que tudo acontece no meio, tudo transita entre, tudo ocorre por mediação, por tradução e por redes, em tempo(s) e espaço(s). Qual outra forma de compreender e de estender os coletivos, seria melhor do que reunir tanto a transcendência da natureza (actantes) quanto a total liberdade humana (atores), incorporando ao mesmo tempo a natureza e limitando de forma absoluta as margens de liberdade? Isto permite, na verdade, que se aponte para a compreensão ampla de que o social é constituído por elementos diversos, tanto humanos (atores) quanto não humanos (actantes), que se imbricam, transitam e se manifestam na construção dos coletivos, por meio da cultura, do social e, também, da natureza. Todas as coisas se entrelaçam mutuamente, se afetam e se manifestam de múltiplas maneiras nesta vasta rede que se forma no interior do social, a partir do vivido, resignificando o passado. Latour, compreende que os actantes são elementos reais e, nós humanos, não os criamos. São coletivos, uma vez que nos ligam uns aos outros, que circulam por nossas mãos e nos definem por sua própria circulação. São discursivos, portanto, narrados, históricos, dotados de sentimento e povoados com formas autônomas. São instáveis e arriscados, existenciais e portadores de 'ser', por isso, estão em constante mutação.

Latour (2009, p. 15) traz à tona a discussão entre o passado e o presente, o velho e o novo, o antigo e o moderno quando debate sobre o conceito de modernidade, ao mesmo tempo em que destaca os seus múltiplos sentidos. Ainda assim, segundo o teórico: "todas as definições apontam, de uma forma ou de outra, para a passagem do tempo. Através do adjetivo moderno, assinalamos um novo regime, uma aceleração, uma ruptura, uma revolução do tempo". Dessa forma, abandonamos as análises sobre o quadro vazio da temporalidade e retornaremos ao tempo que passa, quer dizer, aos seres e a suas relações, às redes construtoras de irreversibilidade e reversibilidade nas quais se constituem memória e a representação cultural do patrimônio.

Por conseguinte, na visão sociológica de Halbwachs (2006), temos o conceito de 'memória coletiva' que, de acordo com sua compreensão, tem um papel de representação do passado, a qual ao ser compartilhada, demanda um laço de filiação entre os componentes de um grupo com base no passado coletivo, atribuindo-lhe um aspecto imutável, ao mesmo tempo em que cristaliza os valores e as acepções predominantes do grupo o qual às memórias referenciam (PERALTA, 2007). Percebe-se a influência do pensamento durkheimiano, quando Halbwachs analisa a memória coletiva enquanto lugar de ancoragem da identidade de um grupo, certificando sua continuidade e sua preservação no tempo e no espaço, sem a possibilidade de transformação, considerando a linearidade do registro dos eventos históricos. Segundo esboça este pensamento, por outro lado, a memória individual não é provável sem a presença de instrumentos que se situam exterior ao sujeito. Entretanto, a memória social se constitui a partir do presente, dialogando sempre com os objetos que recortamos ao longo do tempo e localizados em espaços diversos que refletem a condição do conhecimento materializado na contemporaneidade, os quais tem a função de agentes de informação, desconstruindo e construindo significados e instituindo-se enquanto referência simbólica. De acordo com Braga (2000), tanto os signos simbólicos (expressões orais e escritas), quanto os signos icônicos (imagens desenhadas ou esculpidas), podem constituir suporte para a construção da memória social, podendo ancorar-se em diversos instrumentos como o texto, a voz (comunicação oral), os sons, a imagem etc.

Nesta direção, é importante destacar a noção do objeto gerador, porquanto, as culturas produzem e, ao mesmo tempo, "consomem" esses objetos, que estão presentes e são reconstruídos e resignificados a todo momento. A reflexão que envolve os objetos possibilita a percepção de que os objetos são, também, personagens neste cenário, constituindo-se actantes, geradores de múltiplas

significações, a partir dos quais, se torna possível diferentes leituras sobre a memória social, pois, estão acometidas por uma dimensão simbólica.

Aplicada à inter-relação memória social e patrimônio cultural, a ANT permite-nos compreendê-la como um fluxo de relações cujos elementos são constantemente resignificados em um panorama assimétrico. A percepção dos componentes heterogêneos e plurais na constituição de ambos os fenômenos no ambiente social, descortina, sobretudo, as possibilidades de estratégias inclusivistas.

3. SITUANDO A INCLUSÃO SOCIAL NA PERSPECTIVA DA TEORIA ATOR-REDE

A ANT analisa que cada sujeito que faz parte da rede, constitui-se um ator que é, ao mesmo tempo, uma rede, pois se forma a partir das conexões, constituindo outras inúmeras conexões, além daquelas que estão em foco, excetuando-se a linearidade, pois as coisas não são lineares, o mundo não é linear e, sim, fragmentado. Entretanto, não adianta olhar a humanidade de modo fragmentado, mas, compreender a unidade humana, não formada pelas semelhanças e sim por distinções e heterogeneidades. Portanto, essa teoria versa sobre todas as coisas na esfera social e do âmbito natural como um efeito consecutivo gerado a partir das teias de relações dentro das quais estão localizadas e caracterizadas pela multiplicidade.

Nesse contexto, inferimos que a rede não é orgânica, é pluriorgânica, é múltipla e é assimétrica. A noção de rede, neste sentido, é essencialmente rizomática⁵, na qual a caoticidade é o que a diferencia e a institui, de maneira a transgredir a ordenação social, considerando a diversidade das coisas no tempo e no espaço. Pois, o social não é ordenável, é dinâmico, ativo, questionável, permeado por uma constante incerteza.

Law (1999; 2002) tentou analisar esse conceito de multiplicidade a partir da noção de 'fractalidade'. De acordo com o autor, um 'fractal' é um artefato que penetra "mais de uma, porém, menos do que muitas dimensões" significando o concreto.

Essa teoria é compreendida no âmbito das ciências sociais e intervém nas múltiplas realidades do mundo para criar e adaptar novas realidades, buscando instrumentos para a compreensão do complexo e do indescritível, alterando, inclusive hábitos e desenvolvendo sensibilidades, muitas vezes, de forma desconfortável, na busca por uma descentração metodológica, sensível ao complexo e evasivo, primando pela mobilidade para encontrar novas formas de ordenação dessa realidade, para reconhecer, recriar e desvendá-la.

Law (1994, p. 51) compreende que, como qualquer outro modo de ordenação, os elementos que constituem a realidade acarretam implicações relacionais. Porém, estão mudando, pois, são produzidos por redes dinâmicas, em vez de mecanismos sincrônicos. Assim, se representam com algum tipo de ação pragmática, estabilidade provisória, um padrão de ordenação às resistências encontradas, ou seja, estão, momentaneamente, na tentativa de domesticar tanto o material quanto o seu público. "Ou talvez, seja porque o tempo, a energia, o entusiasmo ou a própria vida estão esgotadas". Essa ordenação está mais pautada aos modos do presente do que do passado.

Ao refletir sobre esse processo de ordenação, a ANT ampliou o estudo, partindo da noção de translação, referindo-se "ao trabalho pelo qual os atores modificam, deslocam e transladam seus variados e contraditórios interesses" (LATOURETTE, 1999, p. 311), tentando torná-los comuns,

representando um dos principais mecanismos epistemológicos da ANT para análise da instituição de redes de atores e actantes e de como esses se relacionam nas redes (CALLON, 1986; LATOUR, 1996; LAW, 1999).

Quanto a sua dimensão política, a ANT tem sido amplamente criticada por ser politicamente indiferente. Talvez, esta seja uma das principais críticas à ANT, por supostamente desconsiderar essa dimensão política (CASTREE, 2002).

Conforme Amsterdamska (1990), a ANT verifica somente a forma de como as multiplicidades constituem as redes e não a natureza delas. Sob esse ponto de vista, significa que não importa como as redes se estabelecem. Star (1991) corrobora, destacando que a ANT não reconhece a heterogeneidade como uma característica que tende a ser diferente entre aqueles que são e os que não são privilegiados. Reed (1997) ressalta, ainda, que essa teoria ignora a desigualdade quanto à distribuição de oportunidades no contexto da sociedade.

Entretanto, essa ausência de posicionamento político tem sido debatida pelos principais precursores da ANT. Law (2002) parece direcionar mais para a ideia de diferença, porém, Latour (2005) tem buscado tornar a dimensão política mais inclusiva. Law (1991) analisa que admitir um relativismo epistemológico não quer dizer, necessariamente, partilhar um relativismo político. Para Law (1999), a política refere-se à distribuição hierárquica, ou seja, de como o ordenamento promove especificamente, inclusões e exclusões que são realizadas de maneira heterogênea. No entanto, Law (1992) destaca, ainda, como assimetrias podem ser criadas dentro do processo de constituição das redes. Todavia, é importante ressaltar que, considerando as ideias de Foucault, Law (1999, p. 77) assinala que, "embora a ação à distância seja o efeito de uma estratégia de ordenação de elementos, isso não implica a existência de uma estratégia consciente"; desta maneira, em qualquer momento, os componentes podem ser coordenados de outra forma e, assim, neste contexto, todas as ordenações serão diferentes.

Refletindo, a partir deste aspecto, encaramos com maior clareza o tipo de política cultural, no contexto da memória e do patrimônio, que estão sendo desenvolvidas em uma sociedade que aspira a democracia. Esta política é baseada na ideia de que culturalmente a herança que, em efeito, é produzida coletivamente deve ser um bem apropriado coletivamente. As políticas sobre memória e patrimônio, desenvolvidas no Brasil, tem dois aspectos importantes: primeiramente, a memória que se preserva, geralmente, está relacionada às classes dominantes. Acontecimentos e manifestações culturais não são percebidos com o real valor pelos membros da classe dominante que controla a política cultural e que são guiados, muitas vezes, de forma descontrolada e inconsciente, a pensar apenas em sua própria história e bens simbólicos, mais próximos à sua própria resistência.

Esses tipos de propostas políticas que desencadeiam situações de vulnerabilidade social, fragilizando a sociedade, provocam a exclusão social. Entretanto, combater às situações de vulnerabilidade é uma função essencial do Estado, sendo os programas de intervenções intitulados de 'inclusão social' (ALVINO-BORBA; MATA-LIMA, 2011).

Como destaca Aquino (2010, p. 27),

O momento atual supõe novas formas de comunicabilidade que integrem distintas áreas do conhecimento, com vistas à construção de projetos políticos que postulem reconhecimento da diversidade cultural e elaborem políticas de informação adequadas

à inclusão de grupos socialmente marginalizados. Essa problemática requer um olhar mais apurado dos pesquisadores sobre as particularidades de diferentes grupos [...].

A consideração em relação às questões sócio-políticas ganhou espaço significativo nas discussões da ANT. Nesta perspectiva, esses pontos relacionados à dimensão política significam um ponto de partida na tentativa da ANT se posicionar em relação a tais questões de forma mais clara e contundente.

O processo de desenvolvimento da ANT tem gerado constantes debates e tem sido alvo de críticas por parte de diferentes campos do conhecimento. Segundo Acaldipane e Tureta (2009, p. 2 apud WALSHAM, 1997), as críticas principais são: a) análise limitada das estruturas sociais; b) postura amoral ao negligenciar questões de cunho político e moral; c) falha ao considerar a distinção analítica entre humanos e não-humanos; e d) possíveis problemas a respeito de como seguir as entidades numa análise das redes. Todavia, consideramos que, potencialmente, essa abordagem traz uma relevante contribuição à crítica aos estudos sociais e às pesquisas em áreas afins.

Ao debatermos sobre inclusão significa, geralmente, discutimos sobre democratizar os diferentes espaços e ações. Porém, poderemos ir além, ao tentarmos refletir sobre a adoção de medidas de acessibilidade a todos, não somente aos espaços e usos que são de direito de uma sociedade que se autodenomina democrática, mas, pensar em incluí-los na história, resignificando o passado, valorizando a cultura, a memória e o patrimônio de cada grupo representado através de variadas expressões. Portanto, mais do que uma expressão, a exclusão social de determinados grupos se mostra, cada vez mais, como uma forma de violência ao ser e/ou à dignidade humana, impedindo, assim, que o sujeito exerça a sua cidadania das mais diversificadas formas, por razões eticamente não justificáveis. Neste contexto, a inclusão social representa um objetivo alcançado por toda a sociedade, por meio da luta, da manifestação social, reivindicando do poder público a efetivação de uma política que contemple de forma meritória às diferenças históricas e sociais constituídas no cerne da história da civilização moderna, por inúmeros e diferentes grupos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre a noção de memória e patrimônio na perspectiva da inclusão social, no âmbito da Teoria Ator-Rede, é considerado um desafio para as ciências sociais, pelo seu caráter heterogêneo e por difundir a ideia de que as relações sociais e a composição de redes são promovidas a partir das interações entre elementos humanos e não-humanos, animados e inanimados.

Buscamos nesta discussão, compreender memória e patrimônio de forma transversal à ANT, em um contexto teórico complexo e multifacetado. Apesar da multiplicidade de fatores e conceitos envolvidos, as questões abordadas pela ANT fundamentam a discussão sobre inclusão social no contexto abordado. Memória e patrimônio são categorias que se desdobram dos conceitos introdutórios e gerais das ciências sociais. São termos com muitos conceitos concorrentes, cujos significados englobam atitudes, interações, intervenções e formas simbólicas construídas no interior do social.

Constatamos que a ANT desloca o foco estável das relações sociais para o instável. Trata a sociedade como uma entidade mutável, um arranjo de redes heterogêneas, onde nada é fixo ou irreversível, mas, compreende que a sociedade se fundamenta no estabelecimento de relações entre os elementos que a compõem e um ator é constituído apenas pelas relações que estabelecem. Nessa dinâmica

social está a interação dos fatos, que se integram e formam unidades cada vez maiores, assim, somos conduzidos para as mudanças sociais e para mostrarmos a interdependência dos seres humanos e instituições que podem transformar as configurações da sociedade atual.

Compreendemos que a construção da memória e do patrimônio está relacionada aos modos de vida vivenciados pelos grupos sociais não homogêneos, plurais e mutáveis e, assim, verificamos esta construção como um instrumento tanto de transformação quanto de inclusão, reelaborando, deste modo, as práticas sociais no presente.

O desenvolvimento dessa temática representa a tentativa de uma reflexão sobre a consolidação democrática, no âmbito da inclusão social dos sujeitos e grupos tradicionalmente excluídos do contexto sócio-cultural.

Esta discussão nos permite a ampliação de nossas leituras acerca da noção de memória e patrimônio, de modo a provocar reflexões atuais existentes e a buscar outros sentidos e significados no âmbito da abordagem da ANT. Problematizar e desenvolver as reflexões sob a perspectiva inclusiva da memória e do patrimônio é algo urgente e indispensável nos dias atuais, contrariando, assim, as propostas e atuações oficiais e positivistas por meio das quais essas temáticas são, por vezes, abordadas.

5. REFERÊNCIAS

ALCADIPANI, R.; TURETA, C. Teoria ator-rede e estudos críticos em administração: possibilidades de um diálogo. **Cad. EBAPE.BR**. Setembro, 2009, v. 7, n. 3. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1679-39512009000300003>>. Acesso em: 02 mar. 2017.

ALVINO-BORBA, Andreilcy; MATA-LIMA, Herlander. Exclusão e inclusão social

nas sociedades modernas: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia. 2011. **Serv. Soc. Soc.** abr./jun, 2011, n. 106, p. 219-240.

AMSTERDAMSKA, O. Surely you are joking, Monsieur Latour! **Science, Technology & Human Values**, 1990, v. 15, n. 4. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/81801905/amsterdamska>>. Acesso em: 29 mar. 2017.

AQUINO, Miriam de A.. Políticas de informação para inclusão de negros afrodescendentes a partir de uma nova compreensão da diversidade cultural. **Inclusão Social**. Jan./Jun., 2010, v. 3, n. 2, p. 26-37.

ARAÚJO, Ronaldo Ferreira de; CARDOSO, Ana Maria Pereira. A Ciência da Informação como rede de atores: reflexões a partir de Bruno Latour. In: VIII ENANCIB – Encontro nacional de Pesquisa em Ciência da informação. **Anais eletrônicos...** Salvador, 2007. Disponível em: <<http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT1--205.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2017.

BLOOMFIELD, B.; P. VURDUBAKIS. The outer limits: monsters, actor networks and the writing of displacement. **Organization**, 1999, v. 6, n. 4.

BRAGA, E. S. **A construção social da memória**: uma perspectiva histórico-cultural. Ijuí: Unijuí, 2000.

CASTREE, N. False Antitheses? Marxism, Nature and Actor-Networks!. **Antipode**, 2002, 34 (1), p. 111-135. Disponível em: <http://www.researchgate.net/publication/227602953_False_Antitheses_Marxism_Nature_and_ActorNetworks/file/e0b4951ff7b0b2007f.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2017.

CALLON, M. Some elements of a sociology of translation - domestication of the scallops and the fishermen of St-Brieuc Bay, 1986. In: LAW, J. **Power, action and belief: a new sociology of knowledge?** London, Routledge, 1986. Disponível em: <https://bscw.uni-wuppertal.de/pub/nj_bscw.cgi/d8022008/Callon_SociologyTranslation.pdf>. Acesso em: 10 maio 2014.

GILLIS, John R. Memory and identity: the history of a relationship. In: GILLIS, J. R. (Org.). **Commemorations: the political of national identity**. Princeton: Princeton University Press, 1996.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. São Paulo: DP&A, 2006. p. 9.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumento, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

KERSTEN, Márcia Scholz deAndrade. **Os rituais de tombamento e a escrita da história: bens tombados no Paraná entre 1938-1990**. Curitiba: UFPR, 2000.

LATOUR, B. **A esperança de pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos**. São Paulo: EDUSC, 2001.

LATOUR, Bruno. **Aramis, or the love of technology**. Cambridge: Mass MIT Press, 1996.

LATOUR, Bruno. **Reassembling the social: an introduction to actor-network-theory**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

LAW, J. **Actor network theory and material semiotics**. Lancaster: Centre for Science Studies University, 2007. Disponível em: <<http://www.heterogeneities.net/publications/Law-ANTandMaterialSemiotics.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2017.

LAW, J. After ANT: complexity, naming and topology. In: LAW, J.; HASSARD, J. **Actor-network theory and after**. Oxford: Blackwell Publishers, 1999. Disponível em: <<https://www.zotero.org/groups/sts/items/itemKey/2RG747A3>>. Acesso em: 25 maio 2017.

LAW, J. **After method: mess in social science research**. London: Routledge, 2002.

LAW, J. Introduction: monsters, machines and sociotechnical relations: a sociology of monsters? essays on power, technology and domination. **Routledge**, 1991, 1-23. Disponível em: <http://biblsrc.btk.ppke.hu/Szociologia/11LawJohn_A_Sociology_of_Monsters.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2017.

LAW, J. Notes on the theory of the actor-networking: ordering, strategy and heterogeneity. *Systems Practice*, 1992, v. 5, n. 3. Disponível em: <<http://m.heterogeneities.net/publications/Law1992NotesOnTheTheoryOfTheActorNetwork.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2017.

LAW, J. **Organizing modernity**. Oxford, UK: Blackwell, 1994.

MEYER, Guilherme Corrêa; MATTEDI, Marcos Antônio. Sociedade e objeto: as influências de um sobre o outro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM DESIGN, 2006. **Anais eletrônico**.... Disponível em: <http://www.dad.puc-rio.br/labmemo/sociedade_e_objetos.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2017.

NEGRI, Silvio Moisés. Segregação sócio-espacial: alguns conceitos e análises. **Coletâneas do Nosso Tempo**, Rondonópolis, v. 7, n. 8, 2008, p. 129 - 153.

PASSERINI, Sueli Pecci. **O fio de Ariadne**. São Paulo: Ed. Antroposófica, 1998.

PERALTA, E. Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica. Arquivos da Memória, Nova série, [s. l.], n. 2, 2007.

REED, M. I. In praise of duality and dualism: rethinking agency and structure in organizational analysis. **Organization Studies**, 1997, v. 18, n. 1. Disponível em: <<http://eprints.lancs.ac.uk/43368/>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

ROTMAM, Mónica; CASTELLS, Alicia Norma; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Néida. Patrimônio e cultura: processos de politização, mercantilização e construção de identidades. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; BELTRÃO, Jane F.; ECKERT, Cornelia (Orgs). **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos** Blumenau: Nova Letra, 2007.

STAR, S. L. Power, technologies and the phenomenology of conventions: on being allergic to onions. In: LAW, J. A. Sociology of monsters? Essays on power, technology and domination. **Sociological Review Monograph**, 1991, n. 38. Disponível em: <[https://learnit.itu.dk/pluginfile.php/95082/mod_folder/content/0/Star,_Susan_Leigh._Power,_Technology,_and_the_Phenomenology_of_Conventions_On_being_allergic_to_onions_\(Sociology_of_Monsters,_ch1\).pdf?forcedownload=1](https://learnit.itu.dk/pluginfile.php/95082/mod_folder/content/0/Star,_Susan_Leigh._Power,_Technology,_and_the_Phenomenology_of_Conventions_On_being_allergic_to_onions_(Sociology_of_Monsters,_ch1).pdf?forcedownload=1)>. Acesso em: 02 jun. 2017.

¹ O conceito de identidade cultural, com base em Hall (2006, p. 9), é compreendido como aspectos de nossas identidades que surgem de nosso "pertencimento" a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais. O autor aponta que as condições atuais da sociedade estão "fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais".

² Um segmento social é uma determinada parte, uma divisão da sociedade. Os segmentos sociais periferizados referem-se às partes da sociedade separadas dos demais segmentos, geralmente, excluídos ou à margem da sociedade, seja por razões econômicas, sociais, étnicas, religiosas etc (NEGRI, 2008).

³ Originalmente *Actor Network-Theory (ANT)*, conhecida como "Sociologia da Translação" (LATOUR, 2005).

⁴ O *Fio de Ariadne*, termo utilizado a partir da lenda de Ariadne para descrição da resolução de uma questão que se pode ser conduzida de diferentes maneiras óbvias, por meio de uma aplicação exaustiva da lógica por todas as formas disponíveis. É o método singular utilizado para permitir seguir pelos vestígios ou assimilar gradativamente uma gama de verdades encontradas em um acontecimento inesperado, ordenando a pesquisa, até que alcance um objetivo final desejado. Este procedimento pode assumir o decurso de um registro mental, uma marcação física ou mesmo um debate filosófico (PASSERINI, 1998).

⁵ Rizoma', nas colocações de Deleuze; Guatarri (1997), entende-se os movimentos de massa que, mesmo sem simetria, se seguem ou estriam em processos onde as massas e fluxos se conectam e desenraizam, sugerindo uma descentração.